

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Exercício: 2014

Município: Rio de Janeiro - RJ

Relatório nº: 201503741

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201503741, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB.

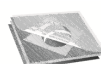
1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 01/06/2015 a 17/06/2015, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Registra-se que os Achados de Auditoria apresentados neste relatório foram estruturados segundo os assuntos com os quais se relacionam diretamente.



2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 27/11/2014, entre a CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, foram efetuadas as seguintes análises:

- Avaliação da conformidade das Peças do Processo de Contas;
- Informação Básica da Ação/subárea de Negócio e Resultados quantitativos e qualitativos (itens finalísticos);
- Avaliação dos indicadores utilizados pela FCRB;
- Avaliação dos controles internos administrativos com ênfase na gestão de Acervo – Ação 20ZH – Preservação de Bens e Acervos Culturais e Ação 20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural.
- Levantamento de implementação de acórdãos/decisões do TCU;
- Levantamento de implementação de recomendações da CGU;
- Verificação de registros no sistema CGUPAD de informações de procedimentos disciplinares instaurados.

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

Com a finalidade de avaliar a conformidade das peças do processo de contas da unidade auditada, foram analisadas as informações constantes do Relatório de Gestão, bem como as demais peças obrigatórias inseridas no Sistema e-Contas.

Na análise, constatou-se que a unidade apresentou todos os relatórios e pareceres, pertinentes à Fundação, relacionados no anexo III da Decisão Normativa – TCU 140, de 15/10/2014.

No que se refere aos formatos e conteúdos obrigatórios do Relatório de Gestão 2014, verificou-se que no item 14 – Considerações Finais, a FCRB não apresentou detalhadamente as informações sucintas sobre a atuação da unidade frente aos objetivos traçados para o exercício de 2014 e principais ações a serem desenvolvidas no exercício 2015 para mitigar as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos da UJ no exercício. A apresentação de tais informações de forma mais completa deve ser observada no próximo Relatório de Gestão da Unidade.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas, quanto ao atingimento dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, referente ao exercício de 2014, bem como a coerência nas despesas liquidadas



com a finalidade das ações executadas pela unidade, selecionou-se para análise a Ação 20ZM: Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural e 20ZH: Preservação de Bens e Acervos Culturais, que compõem o Programa 2027: Cultura, Preservação, Promoção e Acesso. A ação finalística 20ZM visa produzir, fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e a ação 20ZH tem como finalidade preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

O critério de seleção utilizado observou a relevância das referidas Ações para o alcance da missão institucional da FCRB de promover a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística e congregar iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira, contribuindo para o conhecimento da sua diversidade e para o fortalecimento da cidadania.

Conforme descrito no Relatório de Gestão, o negócio da FCRB está pautado na entrega de bens e serviços ao cidadão relacionados à produção de conhecimento, preservação da memória e acervos e de eventos culturais e científicos. O exercício de missão da Fundação é executado com a venda e distribuição gratuita de livros contendo a produção científica da FCRB, realização de palestras, exposições, disponibilização de seus acervos, bibliotecas e visitação ao museu e a seu jardim histórico.

Para a investigação das questões de auditoria, relacionaram-se a seguir os resultados quantitativos e qualitativos das Ações 20ZM e 20ZH. Cabe esclarecer que os dados das metas físicas elencados no Relatório de Gestão estão desatualizadas, motivo pelo qual foi utilizado como fonte de informação o Relatório "Espelho da Ação Orçamentária", extraído do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP:

Quadro - Execução Física e Financeira da Ação Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural.

344001						
2027 – Cultura: Preservação, promoção e acesso.						
20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural						
Meta	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)		% Liquidado/ Empenho	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
Financeira	1.141.318	992.500		86,96%	Contingenciamento de recursos devido à restrição orçamentária	Redimensionamento e/ou substituição de projetos por outros de menor custo para ficar dentro do orçamento disponibilizado
Meta Bem preservado	Prevista (unidade)	Reprogramada (unidade)	Realizada (unidade)	% Realizada/ Reprogramada		
Física	115	139	133	95,68%		

Fonte: Sistema SIOP



Quadro - Execução Física e Financeira da Ação Preservação de Bens e Acervos Culturais.

344001						
2027 – Cultura: Preservação, promoção e acesso.						
20ZH - Preservação de Bens e Acervos Culturais						
Meta	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)		% Liquidado/ Empenho	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
Financeira	132.024	109.337		82,81%	Contingenciamento de recursos devido à restrição orçamentária	Redimensionamento e/ou substituição de projetos por outros de menor custo para ficar dentro do orçamento disponibilizado
Meta Bem preservado	Prevista (unidade)	Reprogramada (unidade)	Realizada (unidade)	% Realizada/ Reprogramada		
Física	132	90	87	96,67		

Fonte: Sistema SIOP

Quanto à compatibilidade dos dados elencados no quadro acima, verificou-se que a meta financeira apresentada no Relatório de Gestão 2014 da FCRB é equivalente aos resultados quantitativos registrados nos sistemas Siafi e SIOP. No que diz respeito à meta física, verificou-se divergência entre os resultados qualitativos registrados no sistema SIOP e os resultados apresentados no Relatório de Gestão 2014 da Fundação, justificada pela utilização de dados desatualizados constantes no sistema SIMINC.

Com isso, efetuou-se a análise quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, planejados ou pactuados para o exercício de 2014 utilizando os dados constantes no sistema SIOP, apurados nos planos orçamentários que compõem as Ações 20ZM e 20ZH, conforme especificado a seguir:

- **Ação 20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural**

PO 001 - Promoção, Educação, Informação e Intercâmbio cujo produto (unidade de medida) é "Evento Realizado". No exercício de 2014, a meta física prevista foi de 51 eventos e foram executados 162,74% da previsão. Quanto à meta financeira, foi empenhado R\$ 387.539,83 (trezentos e oitenta e sete mil quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos) e liquidado 93,37% da meta quantitativa, com despesas de serviços gráficos, diárias, passagens aéreas, tradução simultânea, dentre outros.

PO 002 - Capacitação de Profissionais e Geração e Difusão de Conhecimento para o Setor Museológico cujo produto é "Profissional Capacitado". Em 2014, foi prevista a meta de 30 profissionais capacitados, sendo executados 100% da previsão. Na meta financeira foi empenhado o montante de R\$ 353.143,48 (trezentos e cinquenta e três mil cento e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos) e liquidado 91,50% do valor empenhado, a maior parte para o pagamento de auxílio a pesquisador - bolsista.



PO 003 - Fomento e Promoção de Estudos, Pesquisas e Concessão de Bolsas, na Área de Conhecimento Literário, Científico e Cultural, cujo produto é "Estudo/pesquisa realizado(a)". Em 2014, a previsão da meta física foi de 28 "Estudo/pesquisa realizado(a)", sendo executando 92,85% da meta. Quanto à meta financeira, foi empenhado o montante R\$ 284.435,00 (duzentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta e cinco reais) e liquidado 91,44% da meta financeira, a maior parte também para pagamento de auxílio a pesquisador - bolsista.

PO 004 - Apoio à Produção e Difusão na Área do Conhecimento Científico e Cultural, cujo produto é "Obra divulgada". Em 2014, foi executada 0% da meta física prevista de seis "Obras divulgadas". Em relação à meta física, foi empenhado o montante de R\$ 116.199,50 (cento e dezesseis mil cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos) e liquidado 40,75% desse montante, com a contratação de serviços de produção editorial, impressão, tradução, confecção de CD's, dentre outros. Contudo, ressalta-se que o resultado muito abaixo do previsto no PO 004 foi devido às pesquisas e consultas jurídicas, contábeis e orçamentárias em torno da alteração do modo de contratação de empresas para a produção/distribuição das obras científico-literárias geradas pela Fundação. Conforme informado pela FCRB, a complexidade do tema atrasou a licitação do Serviço de Editoração (contrato de coedição), que foi reprogramado para o exercício de 2015.

O somatório das metas físicas executadas nos PO relacionados acima totaliza o quantitativo de 139 unidades, valor este equivalente a 95,68% do resultado qualitativo reprogramado. Verificou-se no SIOP que a meta prevista para a Ação foi reprogramada de 115 para 139, contudo a meta prevista para cada PO não foi alterada, permanecendo no somatório o montante de 115 projetos apoiados. Tal fato compromete a análise dos Planos Orçamentários separadamente.

Ainda em relação à qualidade dos resultados qualitativos da gestão da Ação 20ZM, cabe ressaltar a inconsistência nas unidades de medidas utilizadas em cada Plano Orçamentário, conforme relatado em cada PO descrito acima. A Fundação recebeu as definições das Ações e Planos Orçamentários já formalizados para a execução da gestão da unidade, inclusive com a definição das unidades de medida da meta física de cada PO. O somatório de unidades de medida diferentes gera um resultado final que não reflete a realidade da gestão da ação como um todo, não servindo para auxiliar a tomada de decisão.

Quanto à gestão financeira, na Ação 20ZM foram liquidados R\$ 992.507,44 (novecentos e noventa e dois mil quinhentos e sete reais e quarenta e quatro centavos) que equivale a 86,96% do montante empenhado. O restante, equivalente a R\$ 148.810,37 (Cento e quarenta e oito mil oitocentos e dez reais e trinta e sete centavos), foi inscrito em restos a pagar não processados. Conforme consta no Relatório de Gestão 2014, o referido saldo refere-se a despesas contratadas, mas não liquidadas dentro do exercício, tais como a contratação de editora para elaborar aplicativo web a partir do conteúdo do vocabulário histórico cronológico do português medieval, a impressão de encartes pedagógicos da coleção "Corte-e-cole com Rui Barbosa" e o pagamento aos bolsistas referente ao mês de dezembro de 2014, que somente foi em janeiro de 2015.

Pela relação de gastos em cada PO apresentada pela Fundação, evidenciou-se que as naturezas das despesas liquidadas por intermédio da Ação 20ZM se coadunam com a sua respectiva finalidade.



- **20ZH - Preservação de Bens e Acervos Culturais**

PO 002 – Captação de Acervos Bibliográficos e Documentais, cujo produto é "Bem cultural captado". Em 2014, a meta física prevista foi de um bem cultural captado, sendo que foram realizados 7800% da meta física, demonstrando que a referida meta foi subestimada.

Conforme informado pela FCRB, a meta prevista no PO 002 foi lançada pela Fundação na proposta Orçamentária no Sistema de Informações do MinC - SIMINC, com o quantitativo de 65 "bens culturais captados" e que aos dados incluídos no SIOP são de responsabilidade do Ministério da Cultura".

O Relatório do SIMINC disponibilizado à equipe evidencia o envio da meta prevista informada, contudo mesmo os dados incluídos no SIOP serem de responsabilidade do Ministério da Cultura, cabe à Fundação acompanhar os relatórios da sua UG e fazer gestões junto ao Ministério para apontar ajustes porventura necessários para que os dados sejam fidedignos e reflitam a gestão da Fundação.

Já a meta financeira prevista foi de R\$ 4.636,18 (quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e dezoito centavos) e executado 88,41% da meta financeira, com a aquisição de livros.

PO: 003 – Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais cujo produto é "Bem preservado". Em 2014, foi definida a meta física de 9 bens preservados, sendo que foi executada 77,77%. Na meta financeira foi empenhado R\$ 108.427,89 (cento e oito mil quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos) e executado 79,57% da referida meta, com despesas relacionadas à digitalização de acervo, treinamento de servidores no software SophiA Biblioteca, aquisição de material para o laboratório, serviços gráficos e editoriais, dentre outros.

PO 005 - Modernização de Museus e Acervos cujo produto é "Museus modernizado". Para 2014, foram definidas a meta física de 2 unidades e a meta financeira de R\$18.960,00 (dezoito mil, novecentos e sessenta reais) sendo executada 100% do que foi previsto para os resultados qualitativos e quantitativos. As despesas realizadas referem-se à contratação de serviços de remolduramento e higienização de tapeçaria e restauração de peças do mobiliário do museu e pagamentos de INSS das pessoas físicas contratadas.

Na análise global da Ação 20ZH, verificou-se que a meta prevista de 132 "bens preservados", constante no Relatório do SIOP é diferente do somatório da meta física prevista dos Planos Orçamentários registrados no SIOP (somatório = 12), da meta física reprogramada da Ação 20ZH(90) no SIOP e da meta prevista no relatório do Sistema SIMINC (77). Tal inconsistência inviabiliza análise da meta física da Ação com base nos dados do Sistema SIOP e também nos dados constantes no Relatório de Gestão, pois estão desatualizados e são incompatíveis.

Já o somatório das metas físicas executadas em cada PO totaliza o quantitativo de 87 bens preservados. Conforme já relatado na Ação 20ZM, o somatório das metas físicas dos POs com unidades de medida diferentes, gera uma resultado final que



não serve para auxiliar a tomada de decisão, sendo mais representativa a análise dos POs separadamente.

Quanto à gestão financeira, na Ação 20ZH foram liquidados R\$ 109.336,82 (cento e nove mil trezentos e trinta e seis reais e oitenta e dois centavos) que equivale a 82,81% do montante empenhado. O restante do montante empenhado, equivalente a R\$ 22.687,25 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), foi inscrito em restos a pagar não processados. Conforme consta no Relatório de Gestão 2014, o referido saldo refere-se a despesas contratadas porém não liquidadas dentro do exercício, tais como alguns títulos para atualização da Biblioteca da FCRB e de alguns materiais de consumo para higienização, conservação e preservação de peças e obras do Museu.

Pela relação de gastos em cada PO apresentada pela Fundação, evidenciou-se que as naturezas das despesas liquidadas por intermédio da Ação 20ZM se coadunam com a sua respectiva finalidade.

Pelo exposto, consideramos pertinentes as informações apresentadas pela FCRB para o resultado apresentado na execução físico-financeira das Ações 20ZM: Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural e 20ZH: Preservação de Bens e Acervos Culturais, que compuseram a amostra analisada. Contudo, ressalta-se que as metas físicas dos POs não possuem a mesma unidade de medida comprometendo a qualidade do resultado qualitativo das Ações e as divergências entre os valores de meta física constantes no Relatório de Gestão 2014 e do sistema SIOP, compromete a qualidade dos controles internos da unidade relacionados ao acompanhamento da Gestão.

As inconsistências detectadas estão tratadas em item específico na segunda parte deste Relatório, denominada “Achados de Auditoria.”

2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

A Fundação Casa de Rui Barbosa não possui indicadores de desempenho da gestão. Conforme informado no Relatório de Gestão 2014, a FCRB avalia o seu desempenho com base nos indicadores estabelecidos para o PPA, ou seja, pela execução das metas físicas e financeiras projetadas para o exercício.

A finalidade principal dos indicadores é servir de ferramenta para a avaliação da gestão da unidade e devem seguir critérios no que tange a sua completude, comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade.

Vale ressaltar que além da elaboração dos indicadores, a Unidade deve definir as metas dentro da sua capacidade potencial, para que os indicadores representem a situação que se pretende medir e que sejam úteis para a tomada de decisões na Gestão da Fundação.

As inconsistências detectadas estão tratadas em item específico na segunda parte deste Relatório, denominada “Achados de Auditoria.”



2.4 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

Com o objetivo de verificar a estrutura de controles internos instituída pela unidade auditada, foram selecionadas para análise as Ações Finalísticas 20ZH – Preservação de Bens e Acervos Culturais e 20ZM – Produção e Difusão de Conhecimento na área cultural.

Na estrutura organizacional da Fundação, as ações citadas são executadas pelo Centro de Memória e Informação e Centro de Pesquisa, respectivamente.

Os exames e testes de auditoria realizados objetivaram validar os controles internos das ações selecionadas, tendo por base os seguintes componentes de controle: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento, conforme demonstrado a seguir:

I - Ambiente de Controle

A FCRB possui Regimento Interno aprovado, em que consta a definição de sua categoria e finalidade, descrição de sua estrutura organizacional, incluindo a forma de hierarquia criada (secretarias, setores, departamentos) e suas competências, e definição das atribuições e responsabilidades de seus dirigentes.

A FCRB não possui normativos internos complementares ao Código de Ética Profissional do Servidor Público (Decreto n.º 1.171/1994). Entretanto, a Comissão Setorial de Ética da FCRB possui na intranet espaço específico para divulgação de suas atividades e da Comissão de Ética Pública. Nesse espaço é possível ter acesso à legislação, textos inerentes ao tema, eventos e e-mail para contato.

A atual Comissão Setorial de Ética da FCRB foi instituída pela Portaria n.º 38, de 30 de julho de 2014, não tendo ainda recebido nenhuma denúncia, conseqüentemente não havendo deliberações a fazer.

Em relação às atividades exercidas pelo Centro de Memória e Informação e pelo Centro de Pesquisa, a FCRB não possui documentos relacionados a normativos para execução das atividades inerentes a estas áreas, de modo que as práticas operacionais e rotinas de trabalho se devem à experiência dos servidores envolvidos em sua execução.

Com relação ao tratamento de denúncias, a FCRB informou que o seu Estatuto e o Regimento Interno não preveem canal formal específico para recebimento de denúncias. Observou-se, porém, haver em seu portal eletrônico instruções ao cidadão para a elaboração de denúncias, no endereço <http://casaruibarbosa.gov.br/comissaodeetica/Denuncia.html>.

Quanto à existência de previsão normativa que garanta a participação dos servidores na elaboração de procedimentos operacionais e de conduta na FCRB, verificou-se que tal previsão normativa não existe dentro da organização.

No que tange a adequabilidade da estrutura da FCRB frente ao tamanho e natureza de suas atividades, conforme abordado no Relatório de Gestão do exercício de 2014, a FCRB se encontra com um quadro reduzido de servidores (135 servidores em 31/12/2014). Além disso, em 2014, a admissão de 49 novos servidores em seu quadro efetivo (37 de nível intermediário e 12 de nível superior) aumentou a representatividade de servidores de nível médio na composição de pessoal da FCRB, sobretudo devido à



necessidade de substituição de 29 terceirizados, uma vez que esta mão de obra foi considerada irregular pela Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho.

II - Avaliação de Risco

Avaliação de risco é o processo de identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos da Entidade para determinar uma resposta apropriada.

Não foi apresentado pela FCRB Plano Institucional ou instrumento normativo que contemplasse a avaliação de riscos existentes na Fundação sobre as ações em análise, com vistas à identificação dos eventos que potencialmente pudessem comprometer negativamente o atingimento dos seus objetivos institucionais.

Desta forma, tendo por base os exames e procedimentos de auditoria executados, não se consideram satisfatórios os controles internos de avaliação de risco existentes na FCRB, visando identificar tempestivamente os fatores que possam vir a comprometer os resultados almejados.

III – Atividades de Controle

Atividades de Controle são os procedimentos estabelecidos pela administração da Unidade que ajudam a assegurar que as diretrizes estejam sendo seguidas. As atividades de controle devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas incluem uma gama de controles preventivos, como procedimentos de autorização e aprovação, segregação de funções (autorização, execução, registro e controle), controles de acesso a recursos e registros, verificações, conciliações, revisões de desempenho, avaliação de operações, de processos e de atividades, supervisão direta etc.

Os exames realizados na Fundação tiveram por objetivo avaliar se os procedimentos de controle nas atividades de gestão de acervos e difusão de conhecimento estão efetivamente instituídos, se são aplicados de forma correta, se são medidos por indicadores e têm seus resultados acompanhados periodicamente e mensurados com base nas metas estabelecidas, e se têm contribuído para o alcance dos objetivos estratégicos fixados.

De acordo com os exames realizados pela equipe de auditoria, considerando evidências coletadas, verificou-se a falta de procedimentos formalizados de cálculo, acompanhamento e definição de metas de indicadores das Ações 20ZH e 20ZM, bem como da formalização e compilação dos procedimentos das atividades executadas pela Fundação, bem como a falta de acompanhamento das metas físicas das referidas Ações, gerando inconsistências nos dados apresentados no Relatório de Gestão 2014 e no sistema SIOP.

IV - Informação e Comunicação

Por meio das análises realizadas nas áreas de gestão selecionadas para exame, verificou-se que a unidade dispõe de página de Intranet, onde são divulgadas as informações internas e administrativas, e de site na Internet para divulgação dos serviços oferecidos pela instituição, agenda de eventos ao público, informações sobre as linhas de pesquisa em atividade na fundação (com acesso *online* a algumas obras), e bases de dados dos acervos (havendo seção dedicada à apresentação dos acervos e de orientação para seu



uso, além de acesso às bases de dados bibliográficas e digitais dos acervos), dentre outras.

V - Monitoramento

Por meio dos exames realizados, verificou-se que a Unidade não monitora os resultados qualitativos das ações 20ZH - Preservação de Bens Acervos Culturais e 20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na área cultural, não tendo sido instituídos indicadores de desempenho, que seriam o instrumento apropriado para o monitoramento das referidas ações, possibilitando a identificação e atuação tempestiva sobre os fatores críticos, com a finalidade de diminuir riscos, controlar e gerenciar processos internos e implantar melhorias.

As inconsistências dos controles internos detectadas nas áreas de gestão de acervos e difusão de conhecimento da FCRB estão tratadas nos itens elencados na segunda parte deste Relatório denominada “Achados de Auditoria”.

2.5 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União para a UJ considerando a seguinte questão de auditoria: caso haja uma determinação específica do TCU à CGU para ser verificada na Auditoria Anual de Contas – AAC junto à UJ, a mesma foi atendida?

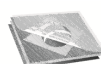
A metodologia consistiu levantamento dos Acórdãos do TCU com determinações expressas para a CGU, referentes à UJ, que deram entrada entre 2011 e 2014 na SFC e com status “pendente”. Esse intervalo justifica-se pelo rodízio de UJ feito pelo TCU para o julgamento de contas.

Como resultado da consulta, não foram identificados Acórdãos com esta característica, ou seja, com determinação específica do TCU à CGU para ser verificada na AAC junto à UJ.

2.6 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento das recomendações emitidas por ele considerando as seguintes questões de auditoria: A UJ mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU? Existem recomendações pendentes de atendimento e que impactam a gestão da unidade?

A metodologia consistiu no levantamento dos resultados da execução do Plano de Providências Permanente da UJ e consulta ao Relatório de Gestão da UJ, com foco nas recomendações pendentes que impactam a gestão, independentemente do exercício em que se originaram.



Deste modo, apresentamos a seguir a situação das recomendações que impactam na gestão e que se encontravam pendentes de atendimento quando da execução do último Plano de Providências Permanente:

Quadro – Situação das recomendações emitidas pela CGU com impacto na gestão

Recomendações que impactam na gestão	Quantidade de recomendações pendentes <u>antes</u> da execução do Plano de Providências Permanente	Quantidade de recomendações <u>após</u> a execução do Plano de Providências Permanente	
		Atendidas	Pendentes
Emitidas em 2012	5	4	1

Fonte: Relatório de Monitoramento n.º 201501414

A existência de adequada rotina de acompanhamento das recomendações da CGU é feita mediante monitoramento das recomendações do Plano de Providências Permanente – PPP, pendentes de implementação.

Sobre as quatro recomendações atendidas, referem-se a temas relevantes para a gestão da Unidade, quais sejam: aprimoramento de controles internos, definição de normas e procedimentos e transparência na divulgação de informações.

Com relação à recomendação ainda pendente de atendimento, referente à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços para a UJ, cabe ressaltar que a Unidade vem buscando formas para capacitar os servidores envolvidos diretamente com o processo de aquisição, de acordo com o orçamento disponível.

2.7 Avaliação do CGU/PAD

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento pela UJ das normas para tratamento do registro em sistema dos processos disciplinares considerando a seguinte questão de auditoria: A UJ está registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD?

A metodologia consistiu na comparação entre a relação fornecida pela UJ dos processos administrativos instaurados em 2014 e o relatório emitido por meio do sistema CGU-PAD. Como resultado, verificou-se que houve apenas um processo instaurado em 2014 pela FCRB (processo de sindicância nº 01550.000355/2014-49, instaurado em 17/11/2014 e registrado no sistema CGU-PAD em 31/03/2015). A administração da FCRB, contudo, adotou providências no sentido de enviar para os servidores responsáveis pelo cadastro no sistema CGU-PAD as informações relativas aos processos disciplinares instaurados no âmbito da Fundação, conforme MEMO/CGPA/FCRB nº 15, de 28 de maio de 2015, de modo a evitar novas ocorrências dessa natureza.

Quanto à gestão do sistema CGU-PAD no âmbito da Unidade, cabe registrar que, segundo informações prestadas pela Auditoria Interna da FCRB, em resposta à SA201503741/001, não há coordenador responsável pela gestão do Sistema CGU-PAD no âmbito da FCRB, tendo em vista que a coordenação do referido sistema se dá no âmbito do Ministério da Cultura, conforme estabelece o artigo 4º da Portaria MinC nº 27, de 14 de janeiro de 2008, *in verbis*:



“Art. 4º. Compete ao Coordenador do Sistema CGU-PAD no âmbito do Ministério da Cultura, indicar os servidores que terão permissão de acesso ao Sistema e ao seu ambiente de treinamento, nos perfis de Administrador Principal, Usuários Cadastradores Órgão, Usuários Consulta e, nas entidades vinculadas, de Coordenadores Adjuntos e de Usuários Administradores, os quais terão nível hierárquico máximo de acesso, em seus respectivos órgão e entidades.”

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 06 de agosto de 2015.

Nome: GEORGIA RIBEIRO BOTELHO JUNQUEIRA

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Nome: LISIANE ALVES BARBOSA DA FONSECA

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio De Janeiro



1 GESTÃO OPERACIONAL

1.1 Programação dos Objetivos e Metas

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informação básica das principais ações sob responsabilidade da UJ.

Fato

Trata-se das informações básicas das principais ações executadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB. No levantamento dessas informações foram considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além da vinculação finalística à missão da UJ, com extensão correspondendo a 79% do total das despesas executadas pela UJ, conforme discriminado abaixo:

Quadro – Ações da UJ (*)

Programa - descrição	Ação - descrição	Finalidade	Forma de implementação /detalhamento	Representatividade
2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	20ZH - Preservação de Bens e Acervos Culturais	Realização de projetos e atividades que contribuam direta ou indiretamente para a preservação de bens e acervos culturais, incluindo o desenvolvimento de estudos, pesquisas, normas, monitoramento, fiscalização e acompanhamento, além de eventos que contribuam para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.	Não informada no cadastro de Ações	0,3%
2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	20ZM – Produção e Difusão de Conhecimento na área cultural	Realização e/ou apoio a projetos e atividades voltados à geração e difusão de conhecimento na área cultural.	Não informada no cadastro de Ações	2,6%
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões- Servidores Civis	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.	Não informada no cadastro de Ações	34,7%
2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.	Não informada no cadastro de Ações	41,4%

Fonte: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/cadastro-de-acoes>



1.1.1.2 INFORMAÇÃO

Informação básica das Ações de Governo.

Fato

- Informação básica da Ação de Governo 20ZH - Preservação de Bens e Acervos Culturais.

A Ação tem por finalidade Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade. Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso.

A Ação foi escolhida para ser auditada devido a sua relevância para o alcance da missão institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, que é promover a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística e congregar iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira, contribuindo para o conhecimento da sua diversidade e para o fortalecimento da cidadania.

- Informação básica da Ação de Governo 20ZM - Produção e Difusão de Conhecimento na área cultural.

A Ação tem por finalidade Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira. Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso.

- Informação básica da Ação de Governo 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões- Servidores Civis.

A Ação tem por finalidade o Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas. Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

- Informação básica da Ação de Governo 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União.

A Ação tem por finalidade o Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União. Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura.

1.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.2.1 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

1.2.1.1 CONSTATAÇÃO

Divergências entre os valores de meta física constantes no Relatório de Gestão 2014 e do sistema SIOP.



Fato

Na análise meta física das Ações 20ZH: Preservação de Bens e Acervos Culturais e Ação 20ZM: Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural verificou-se que os dados apresentados no Relatório de Gestão 2014 da FCRB são diferentes dos dados constantes no Relatório Espelho da Ação Orçamentária extraído do sistema SIOP. Com isso, foi solicitado à Fundação prestar esclarecimentos sobre a divergência detectada. Em resposta, a Assistente da Presidência, por meio de documento datado de 09/06/2015, informou:

"No momento do lançamento dos dados no relatório de Gestão, foram utilizados os dados extraídos do relatório do SIMINC (Anexo 2) e não do relatório SIOP. Por isso a divergência dos valores informados."

No que tange a análise da meta física dos Planos Orçamentários (PO), foi observado no Relatório do sistema SIOP a definição de um único "bem cultural captado" na meta física prevista do PO 002 - Captação de Acervos Bibliográficos documentais, que compõe a Ação 20ZH - Preservação de Bens e Acervos Culturais. Em 2014, a meta realizada no PO 002 registrada no SIOP foi de 78 "bens culturais captados", apresentando uma execução de 7800%. Quanto à inconsistência detectada, a Assistente da Presidência, por meio de documento datado de 09/06/2015, também informou:

"A meta prevista no PO 002 foi de 65 (sessenta e cinco). conforme lançado pela FCRB na Proposta Orçamentária no Sistema de Informações do MinC - SIMINC. Quanto aos dados incluídos no SIOP são de responsabilidade do Ministério da Cultura. (Anexo 3)"

No anexo 3 mencionado na resposta acima consta uma tela do SIMINC - Sistema de Informações do Ministério da Cultura com a proposta da LOA onde foi definida a meta prevista de 65 bens culturais captados. Contudo, conforme já relatado no sistema SIOP a meta prevista para PO 002 da Ação 20ZH é de um bem captado. Tal fato evidencia a divergência dos valores analisados para a avaliação dos resultados qualitativos da gestão da unidade.

Ainda na análise da Ação 20ZH, verificou-se que o somatório da meta física prevista dos Planos Orçamentários da Ação 20ZH no SIOP (somatório = 12) é diferente da meta física prevista da Ação 20ZH no SIOP (132), da meta física reprogramada no SIOP da Ação 20ZH(90) e da meta prevista no Relatório do sistema SIMINC (77). Em relação à referida divergência, por meio de documento datado de 17/06/2015, o atual Diretor Executivo da FCRB informou o que segue:

"Segundo informações da área de Planejamento, houve erros no lançamento dos dados resultantes de uma experiência de descentralizar para as unidades o preenchimento do SIMINC. Os erros de preenchimento do SIMINC não foram detectados e foram utilizados para alimentar do SIOP."

Já na Ação 20ZM, verificou-se que a meta física da Ação 20ZM foi reprogramada de 115 "projetos apoiados" para 139, mas as metas físicas previstas nos Planos Orçamentários, que compõem a referida Ação, não foram reprogramadas. Em relação à divergência detectada, a atual Diretora do Centro de Memória e Informação - CMI e o Diretor Substituto do Centro de Pesquisa, por meio dos documentos datados de



17/06/2015 e 18/06/2015, informaram que os referidos Centros não solicitaram a reprogramação das metas físicas dos POs sob responsabilidade da FCRB.

Os fatos apresentados indicam deficiências nos controles internos da gestão de dados dos seus resultados qualitativos, o que pode comprometer a avaliação da gestão da FCRB. Os dados de previsão e execução das metas devem ser uniformes nos sistemas institucionais do poder executivo federal para representar corretamente os resultados da unidade.

Independente da responsabilidade pela inserção de dados no sistema SIOP, cabe à unidade executora das Ações/Planos Orçamentários acompanhar os resultados que estão sendo apresentados nos sistemas de acompanhamento e controle do poder executivo federal e apontar as divergências, para que sejam corrigidas tempestivamente.

Causa

Falta de controle e acompanhamento na contabilização da meta física da Ação 20ZH e 20ZM nos sistemas informatizados de acompanhamento do Governo Federal.

Manifestação da Unidade Examinada

As considerações da unidade examinada foram apresentadas no decorrer dos trabalhos de campo em resposta às solicitações de auditoria emitidas pela CGU, e, portanto, foram inseridas no campo “Fato”.

Análise do Controle Interno

Tendo em vista que não houve nova manifestação da unidade examinada sobre esta constatação após o encaminhamento do Relatório Preliminar, a análise do Controle Interno consta registrada no campo “Fato”.

Recomendações:

Recomendação 1: Acompanhar a inserção de dados das metas físicas nos sistemas do Poder Executivo Federal para que não ocorram divergências na contabilização da previsão e da execução das Ações sob a responsabilidade da FCRB.

1.2.2 RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

1.2.2.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de indicadores de desempenho para a avaliação da gestão da FCRB.

Fato

A Fundação Casa de Rui Barbosa não possui indicadores desempenho da gestão, somente indicadores estabelecidos para o PPA, visando avaliar a execução das metas físicas e financeiras projetadas para o exercício.

Solicitou-se à FCRB justificar o motivo pelo qual não formalizou os referidos indicadores. Em resposta, por meio do e-mail de 03/06/2015, o Diretor Executivo informou o que segue:



"Em atendimento ao item 02 da SA acima citada, entendemos que o motivo pelo qual a FCRB não possui indicadores de desempenho é a ausência de conhecimento técnico e capacitação de pessoas neste sentido e, ainda, de normativos que exigissem e orientassem claramente a construção dessas metodologias. Positivamente, temos notícia de que em 2013 foi elaborado o Mapa Estratégico da entidade, junto com as demais unidades do Ministério da Cultura, utilizando a metodologia de "Balanced Scorecard" (BSC), e que chegou a desenhar alguns indicadores."

O indicador é definido como um valor quantitativo realizado ao longo do tempo (uma função estatística) que permite obter informações sobre características, atributos e resultados de um produto ou serviço, sistema ou processo. Cabe à unidade promover a capacitação de seus servidores para a elaboração de indicadores que sirvam de ferramenta para a avaliação da gestão da unidade.

Na elaboração dos indicadores a unidade deve seguir critérios no que tange a sua completude (capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão), comparabilidade (capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas), confiabilidade (confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reaplicável por outros agentes, internos ou externos à unidade), acessibilidade (facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público em geral), e economicidade (razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da unidade).

Vale ressaltar a importância da definição de metas dentro da capacidade potencial da Unidade, para que os indicadores sejam úteis na tomada de decisão da Gestão da Fundação.

Causa

A Fundação por carência técnica e de manuais normatizados não efetivou a criação de indicadores de desempenho para avaliação a sua gestão.

Manifestação da Unidade Examinada

As considerações da unidade examinada foram apresentadas no decorrer dos trabalhos de campo em resposta às solicitações de auditoria emitidas pela CGU, e, portanto, foram inseridas no campo "Fato".

Análise do Controle Interno

Tendo em vista que não houve nova manifestação da unidade examinada sobre esta constatação após o encaminhamento do Relatório Preliminar, a análise do Controle Interno consta registrada no campo "Fato".



Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar indicadores de desempenho da Gestão, observando os critérios de completude, comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade e criando metas para os referidos indicadores, visando o acompanhamento do desempenho da Gestão da FCRB.

Recomendação 2: Formalizar os procedimentos de controle e divulgação de dados relacionados aos indicadores de desempenho criados pela FCRB.

Recomendação 3: Promover a capacitação de servidores e gestores no que tange à elaboração de indicadores de desempenho, visando auxiliar a tomada de decisão e a avaliação da gestão da unidade.

2 CONTROLES DA GESTÃO

2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

2.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de manuais operacionais das áreas da FCRB e de uma política de gerenciamento de riscos.

Fato

No que tange os aspectos referentes ao Ambiente de Controle e Avaliação e Risco relacionados às Ações 20ZH - Preservação de Bens e Acervos Culturais e 20ZM – Produção e Difusão de Conhecimento na área cultural, destacam-se as seguintes fragilidades:

- Ausência de manuais com normas e procedimentos para as áreas finalísticas da Fundação.

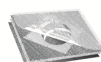
Questionada, por meio da SA 201503741-001, sobre a existência de processos formais constituídos para as Ações em análise, tais como portarias de delegação de competências e manuais estabelecendo práticas operacionais e rotinas, a Presidente da FCRB apresentou as seguintes informações, em resposta de 21/05/2015:

“Não existem portarias de delegação de competências específicas para as atividades exercidas na Ação 20ZH.”

“A FCRB não possui manuais próprios formalizados especificamente para a Ação 20ZH”.

“A Fundação não possui Código de Ética ou de conduta próprios complementares ao Código de Ética Profissional do Servidor Público.”

“A Comissão Setorial de Ética da FCRB possui na intranet espaço específico para divulgação de suas atividades e da Comissão de Ética Pública. Nesse espaço é possível ter acesso à legislação, textos inerentes ao tema, eventos e e-mail para contato”.



“A atual Comissão Setorial de Ética da FCRB foi instituída pela Portaria nº 38, de 30 de julho de 2014 e as normas são divulgadas por meio eletrônico – Intranet e correio eletrônico. Até o momento, a Comissão não recebeu nenhuma denúncia, sendo assim não houve deliberação”.

Considera-se relevante a elaboração de normativos, prevendo sistemas de autorizações, e o estabelecimento de práticas operacionais e de rotinas para as áreas finalísticas da Fundação, visando compor um banco de procedimentos para o aprimoramento da execução de suas atividades.

Adicionalmente, torna-se importante a complementação ou adequação do Código de Ética Profissional do Servidor Público (Decreto n. 1.171/1994) pela FCRB, conforme suas necessidades específicas.

- Ausência de uma política de gerenciamento de riscos.

Houve questionamento ao gestor, por meio da SA 201503741-001, sobre a existência de Plano Institucional ou instrumento normativo que contemplasse a avaliação de risco elaborada pela Unidade, para as Ações em análise. Em resposta apresentada em 21/05/2015, a Presidente da FCRB informou: *“A FCRB não concluiu o Plano Institucional ou instrumento normativo que contemple, nos termos solicitados na SA, a avaliação de risco para Ação 20ZH.”*

Assim, pode-se afirmar que a FCRB não faz uso de instrumentos de controle interno para identificação de riscos. Como resultado, não há formação de uma base para o desenvolvimento de estratégias para tratamento dos riscos identificados (resposta a risco), de maneira a diminuir a probabilidade de sua ocorrência e/ou a magnitude de suas consequências, sendo a utilização de indicadores de gestão essencial para o gerenciamento de riscos e tomada de decisões.

Por fim, tendo em vista a ausência de controles internos na FCRB voltados ao acompanhamento das ações das suas atividades finalísticas, faz-se necessário que o Centro de Pesquisa e Centro de Memória e Informação tenham os seus processos/rotinas formalizados, revistos e aperfeiçoados, com objetivo de buscar maior controle e monitoramento de suas atividades

Causa

Deficiência nos controles internos relacionada à falta de normatização interna de suas atividades / rotinas.

Manifestação da Unidade Examinada

As considerações da unidade examinada foram apresentadas no decorrer dos trabalhos de campo em resposta às solicitações de auditoria emitidas pela CGU, e, portanto, foram inseridas no campo “Fato”.



Análise do Controle Interno

Tendo em vista que não houve nova manifestação da unidade examinada sobre esta constatação após o encaminhamento do Relatório Preliminar, a análise do Controle Interno consta registrada no campo “Fato”.

Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar manuais com normas e procedimentos prevendo sistemas de autorizações e aprovações e o estabelecimento de práticas operacionais e de rotinas nas áreas da FCRB que exercem atividades finalísticas.

Recomendação 2: Implementar política de gerenciamento de riscos, com identificação dos processos críticos, assim como diagnóstico dos riscos nas áreas finalísticas.

